



## Trajetórias por dignidade: um estudo de caso das lutas por terra e reforma agrária no sul do Brasil

Dayana Cristina Mezzonato Machado<sup>1</sup>  
Pâmela Marconatto Marques<sup>1\*</sup>

**Resumo:** O presente trabalho buscou compreender as relações entre a luta pela terra, pela reforma agrária e a produção de vida digna no campo. Por meio de um estudo de caso, a pesquisa analisou a trajetória de vida da família de Seu José e Dona Emília, agricultores do Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão, Rio Grande do Sul (RS). A trajetória da família indica que a exclusão do processo de modernização agrícola, em meados da década de 1980, criou as condições para o ingresso na luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como possibilidade de construção de futuro e vidas dignas. Seus relatos apontam que as lutas coletivas resultaram em conquistas comuns de terra e políticas públicas para a reforma agrária, possibilitando autonomia na produção farta de alimentos saudáveis para o autoconsumo, bem como a inserção em atividades cooperadas, com acesso a mercados de alimentos orgânicos. As lutas forjaram, ainda, sociabilidades sustentadas por fortes laços de uma vida em comunidade e, ao mesmo tempo, permitiram acesso a educação e trabalho para os filhos e netos.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; Estratégias socioeconômicas; Vida digna; Sucessão rural.

### Trajectories for dignity: a case study of the struggles for land and agrarian reform in southern Brazil

**Abstract:** The work in question analyzed the life trajectory of a family of settled farmers in southern Brazil, seeking to understand the relationship between the struggle for land, agrarian reform and the production of a dignified life in the countryside. The research was carried out in the Filhos de Sepé Settlement, in the municipality of Viamão, Rio Grande do Sul (RS) and used the qualitative "life history" methodology, which sought to listen to the voices and knowledge of those who have historically been excluded from the dominant narrative. Seu José and Dona Emília were born in the northwestern region of Rio Grande do Sul and migrated to the metropolitan region of Porto Alegre at the end of the 1990s, when they joined the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the struggle for land. The collective struggles resulted in common conquests of land and public policies for agrarian reform, enabling autonomy in the production of healthy food for self-consumption, as well as inclusion in cooperative activities, with access to organic food markets. The struggles also forged sociabilities sustained by strong bonds of community life and, at the same time, allowed access to education and work for the children and grandchildren of Mr. José and Mrs. Emília.

**Keywords:** Agrarian reform; Socio-economic strategies; Decent life; Rural succession.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Brasil. \*Autora correspondente: [dayanacmma@gmail.com](mailto:dayanacmma@gmail.com)

## Introdução

Em 1998 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária realizou vistoria da fazenda Santa Fé, de 9.506 ha, localizada no município de Viamão, Rio Grande do Sul (RS), a qual foi considerada apta para fins de reforma agrária. Nesse mesmo ano, 376 famílias, que se encontravam em processo de luta pela terra em acampamentos de diversas regiões do estado, vieram constituir o maior território de reforma agrária do RS, o Projeto de Assentamento (PA) Viamão, que logo foi re-batizado como “Assentamento Filhos de Sepé”, em homenagem ao líder indígena Sepé Tiaraju<sup>2</sup>.

Situado na região metropolitana de Porto Alegre, em 2023 este assentamento completou 25 anos de existência. Nele se cultiva a maior área contínua de arroz orgânico da América Latina, abrigando uma agroindústria específica para o beneficiamento do arroz orgânico, denominado “Origem orgânica”. Está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, e abriga a Unidade de Conservação (UC) integral “Refugio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos” (PREISS, 2013). Neste território também foram construídos o viveiro “Mulheres da Terra”, de produção de árvores nativas e ameaçadas de extinção; a Biofábrica “Ana Primavesi” de produção de biosinsumos agroecológicos e o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), que oferece cursos técnicos de gestão de cooperativas, educação de jovens e adultos, dentre outros. Vale dizer ainda que grande parte das feiras ecológicas de Porto Alegre e região metropolitana é realizada por famílias assentadas com produção hortifrúti do assentamento Filhos de Sepé. Mas afinal, que caminhos foram percorridos desde a luta pela terra até os dias atuais? Como essa luta se articula com a produção de vidas dignas no campo?

As famílias que chegaram ao assentamento Filhos de Sepé em dezembro de 1998 participaram de um intenso processo de luta pela terra. Algumas delas ficaram acampadas durante dois anos no acampamento Palmeirão, outras no acampamento Santo Antônio, ambos localizados no município de Santo Antônio das Missões, e uma quantidade menor de famílias eram do acampamento Águas Claras, em Viamão. Dentre as famílias assentadas, a maioria é da região do Alto Uruguai, sendo uma delas a família do seu José Bastos e dona Emília, com a qual realizamos esse estudo de caso.

Neste texto buscaremos refletir as relações entre as lutas pela terra, pela reforma agrária e a produção de vida digna, a partir da trajetória de vida narrada e refletida por seu José Bastos e dona Emília. Partindo da compreensão que as experiências concretas de pessoas comuns podem aportar reflexões vigorosas ao espaço acadêmico e científico (ANJOS, 2020; SILVESTRE, 2019), este texto

<sup>2</sup>Sepé Tiaraju defendeu as terras indígenas dos estrangeiros, o líder ficou conhecido por sua famosa expressão: “Essa terra tem dono!”

pretende ser uma pequena contribuição, particular e específica, aos estudos sobre reforma agrária e assentamentos. As “reflexões teóricas produzidas na luta” (MENESES, 2008; ANJOS, 2020; CABRAL, 2011) têm, pouco a pouco, ocupado espaço na academia, acreditando na possibilidade de aportar saberes desde perspectivas de mundo até então invisibilizadas. O estudo de caso apresentado é fruto de duas pesquisas de campo, a primeira delas realizada em 2015, durante o curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, e a segunda realizada entre 2021 e 2023, como parte do doutorado em Desenvolvimento Rural.<sup>3</sup> A metodologia utilizada foi a História de vida, sendo as entrevistas em profundidade gravadas, com autorização dos entrevistados, e que compõem o estudo de caso ora apresentado. A escolha pelo uso dessa metodologia está vinculada às potencialidades das relações entre acesso à memória como produtora de conhecimento. A pensadora Leda Maria Martins (2024) afirma que as performances e a oralidade foram modos de produzir, inscrever e transmitir o conhecimento por povos não ocidentais. Dessa forma, apostar nas histórias das pessoas comuns é também acreditar na potência das reflexões elaboradas por elas.

Este ensaio está dividido em duas partes, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira parte apresentamos as reflexões do casal Seu José e Dona Emília sobre a chegada da soja na região onde nasceram, Alto Uruguai, e junto com o grão veio também a “Revolução Verde”. O endividamento, a perda das terras e o esvaziamento das sociabilidades naquele espaço rural são narrados como as principais razões para o ingresso na luta pela terra. Na segunda parte, após ingressarem no assentamento, o casal relata as dificuldades que tiveram para a construção inicial desse novo lar, e assim, vão nos apresentando as reflexões sobre as iniciativas consideradas bem sucedidas e também aquelas que demandaram atenção para serem revistas e reformuladas. Ao final dessa seção refletimos sobre as lutas por políticas públicas para a reforma agrária e as possibilidades elaboradas para a manutenção na terra das gerações seguintes, quando Seu José e Dona Emília nos apresentam pistas sobre a vida digna sonhada e experienciada junto aos filhos e netos.

### **Soja e revolução verde: do endividamento ao ingresso na luta pela terra**

Seu José nasceu no município de Coronel Bicaco, região denominada Alto Uruguai, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Ele é o quarto filho de uma família de agricultores que possuíam um pequeno pedaço de terra. Perguntei sobre as etnias presentes naquela região ele disse que era composta por vários grupos.

<sup>3</sup>A especialização foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Machado *et al.*

Eu tenho sangue de alemão, meu bisavô veio da Alemanha, mas minha mãe tinha sangue de índio, de paraguaio. Era uma região misturada. Em Siqueira Mendonça (localidade rural do município) só tinha um casal de gringo, o resto era de brasileiro. A dona Dorilde e seu Gumercindo eram italianos. Alemães não tinham muitos. Italiano, tinha umas três famílias, alguns alemão e mais era caboclo<sup>4</sup> como nós (Seu José).

A família da dona Emília não tinha terra, eles trabalhavam com a coleta da erva mate e o corte de madeira, prestando serviços para terceiros. Para realizar essa atividade eles acampavam nas fazendas onde ficavam até a finalização do trabalho.

Nossa família é de alemão e paraguaio, meu pai era filho de um paraguaio. Minha mãe era filha de um alemão. Se encontraram no tempo das guerras que existiam, em 1900 e pouco. Minha mãe era de 1918, ela dizia que tinha uma guerra que eles matavam as criações; ficavam só as mulheres em casa, ficou ela. Nós morávamos na colônia, mas não tínhamos terra. Meu pai trabalhava de agregado na terra do Bicaco. Morávamos lá e trabalhávamos com erva mate. Éramos uma família de oito irmãos e duas irmãs. Minha mãe foi uma mulher que trabalhou muito na vida e meu pai também. Não tinha hora pra ela sair e socorrer um doente. Nós trabalhávamos muito de empreitada, pegava pra carpir e cortar o trigo. Daquele tempo não tinha ceifa, a gente trabalhava de foicinha. Outras vezes pegava ela e meu pai e eles acampavam para tirar erva. Eu era criança e ia para o mato com eles tirar erva, éramos como ciganos (Dona Emília).

Como nos apresenta Dona Emília, sua família prestava serviços para fazendeiros por meio da extração da erva-mate e do corte da madeira. Tais atividades estão relacionadas com o modo hegemônico de apropriação das terras nas regiões gaúchas do Alto Uruguai e Planalto. Piccin (2007) conta que logo após a Guerra do Paraguai (1865-1870) essas regiões foram ocupadas por militares e tropeiros paulistas que recebiam terras como recompensa por defenderem o território, no caso dos primeiros, ou, no caso dos segundos, as compravam a preços irrisórios. Assim, na região dos campos consolida-se a atividade pecuária, com destaque para o charque, constituindo as grandes estancias, que expulsou à força pequenos agricultores e os extrativistas da erva-mate (PICCIN, 2007). Desse modo, as estancias e charqueadas encontraram na população cabocla a mão de obra para suas atividades econômicas, bem como a produção de alimentos para o autoconsumo.

<sup>4</sup>Neste ensaio estamos utilizando a noção de caboclo apresentada por Seu José e Dona Emília. Como autodenominação, caboclo é o grupo social que do ponto de vista étnico tem origem nas “misturas” entre indígenas, negros e brancos. Pela perspectiva econômica são aqueles que não tiveram acesso à terra para a produção e reprodução da família e seus herdeiros, exercendo atividades como agregado, peão ou extrativista. Ainda que excluídos do acesso a terras produz alimentos para o autoconsumo e comercializam o excedente, abastecendo o mercado local.

De modo paralelo a apropriação dos campos, ocorria o processo de colonização da região das matas. A partir de 1890 deu-se início as primeiras colônias de alemães na região do Planalto e Alto Uruguai. Com o intuito de colonizar as regiões de floresta, até então desprezadas pelos estancieiros, os projetos de colonização também contribuíram para expulsar a população cabocla das atividades agrícolas e extrativistas realizadas nas regiões de matas. Como afirma Jose Carlos Gomes dos Anjos:

Varreram-se caboclos, indígenas e comunidades de ex-escravos do mapa fundiário de imensas regiões do Rio Grande do Sul. Esse processo se fez complementar pelo estabelecimento de colônias alemãs e italianas. Conduzidos pelas firmas de colonização, os colonos avançaram sobre terras já ocupadas em nome de uma nova racionalidade produtiva, confirmada ao longo do século pelo acesso desigual a créditos, máquinas, sementes (ANJOS *et al*, 2004, p.53).

Piccin (2007) afirma ainda que o Estado elegeu claramente quem seria o agente de desenvolvimento da agricultura, oferecendo condições desiguais de acesso aos recursos, bem como atribuindo reconhecimento aos colonos enquanto discriminava os caboclos, também conhecidos como brasileiros. De acordo com o autor “isso definiu tendencialmente um lugar social para essa população como marginal na sociedade e na economia, relacionado com a posse de pequenas parcelas de terra - geralmente acidentadas - na região do Alto Uruguai” (PICCIN, 2007).

Como nos apresentou Seu José, em sua região havia poucos alemães e italianos, sendo a maioria caboclos, ou seja, os agricultores empobrecidos foram aqueles que, ao longo do processo de apropriação das terras nas regiões do Planalto e Alto Uruguai, ficaram excluídos do acesso à terra.

Voltando ao diálogo com Dona Emília e Seu José, o casal lembra com certo entusiasmo o período de infância.

Eu morava a cinco quilômetros de distancia da cidade, no interior mesmo. A dificuldade de acesso não era tão difícil, tinha faixa, ônibus, lá nós íamos na igreja, tinha colégio, tinha condições de viver em sociedade. Sociedade boa, vários lazer, campo de futebol, ali a gente nasceu e se criou (Seu José).

Seu José relata que teve uma infância muito feliz. Ele, desde criança, sempre trabalhou e ao mesmo tempo pode se divertir. Tinha muitos amigos, com os quais jogava bola (na região sempre havia torneio entre os times), nadava nos rios, participavam de festas da paróquia, etc.

Na infância era bom, a gente convivia, tinha a gurizada que brincava no

Machado *et al.*

mato, nos encontrávamos nos fins de tarde, íamos ao rio tomar banho, tinha muito rio, fazíamos brincadeiras nos momentos de folga. Piá sempre dava um jeito! (risos). Sempre trabalhei desde criança, na enxada, com facão tirando erva, esse era o nosso forte, umas das principais (culturas), plantávamos muito pouquinho, fazíamos umas rocinhas, mas muito pouco, só para o gasto, o principal era com a erva. Tínhamos barbacué. Nossa família era muito grande e havia muitos vizinhos. Tinha muita piaçada, nós fazíamos muito 'griado' em volta da lavoura (Seu José).

Ambos lamentam não terem tido a oportunidade de estudar na infância. Seu José não pôde estudar além das séries iniciais do ensino fundamental, pois na comunidade rural em que morava não tinha ginásio (como era conhecido o ensino fundamental do sexto ao nono ano, na época).

Até os 17 anos fui ao colégio, estudei até o 5º ano, mas não aprendi muito, não tinha ginásio, era longe, tinha que mudar de cidade. Quando nós íamos à aula, os pais insistiam para nós irmos, a dificuldade que tinha era a distancia de quatro quilômetros. Eles diziam o seguinte: que nós tínhamos que aprender o nome e fazer as quatro operações, e já chegava! A gente aprendeu. A gente lidava com erva e tirava madeira. Então conta a gente sabia fazer, era o dia-dia da gente, a escola já era na lavoura mesmo (Seu José).

Quando eu passei pra segunda série da escola eu tive que sair, pois não tinha com quem eu ir. O mato era longe, era uns cinco quilometro. Aí eu não estudei, mas aprendi ler e escrever meu nome e até conta eu sei fazer (Dona Emília).

Pelo relato do casal, podemos perceber que no período da infância dos mesmos, o que corresponde a aproximadamente as décadas de 1950 e 1960, as famílias possuíam muitos membros e o meio rural era bastante povoado. Técnicas agrícolas manuais (foicinha e facão), exploração da erva mate, prestação de serviços agrícolas e condições de privações, tais como falta (no caso da família de dona Emília) ou escassez de terra (família de seu José) são características que vão compondo o modo de vida dos pequenos agricultores, denominados caboclos, na região de origem dos entrevistados.

No início dos anos 1980 eles casaram e tiveram dois filhos, Alessandro e Camila. Foram viver em um pequeno pedaço de terra dos pais do seu José, no município de Coronel Bicaco. O tamanho do estabelecimento era insuficiente para a família produzir e sobreviver, assim eles arrendaram mais um pedaço para poderem plantar soja.

Meu pai quando faleceu tinha seis hectares. Depois nós compramos

mais meia colônia de terra, que são 12,5 hectares. Era o que diziam na época: colônia. Depois que começaram as técnicas do soja e falavam hectare, não falavam mais colônia, porque era para o banco. Então a soja foi ruim porque nós tínhamos pouca terra. A gente tinha que fazer de tudo, trabalhou bastante de empregado, trabalhei na construção do porto do Rio Grande, depois me encontrei com essa aí (dona Emília) juntamos os trapos e estamos até hoje. Casei com 28 anos, mas namorava desde jovem (Seu José).

Na juventude, quando ainda morava com os pais, seu José trabalhou como peão em fazendas vizinhas, e trabalhou em atividades não agrícolas, como na construção do porto de Rio Grande. Na década de 1970 a produção de soja começou a ser difundida na região. Segundo seu José havia grande incentivo para que o “colono” plantasse a soja, a propaganda da época era: “plante que o governo garante”.

Nós tínhamos erval que foi tirado com trator de esteira e foi queimado pra botar soja. Isso trouxe um aperto muito grande. Pra você ver como é que é a história, como é que funciona: a erva na época exigia muita fiscalização e só podia tirar a cada três anos. E daí entrou a propaganda muito forte do soja e do milho. O próprio Bamerindus mesmo e as cooperativas, a Cotrijuí, fizeram uma propaganda muito grande para que abandonasse a erva. Enquanto levava três anos pra fazer uma safra de erva, fazia duas safra por ano, uma de soja e uma de trigo. E foi o que os pessoal fizeram. E daí tinha a propaganda, ‘plante que o governo garante’, isso era muito forte (Seu José).

A história narrada por seu José evidencia o processo de modernização da agricultura que teve início no Rio Grande do Sul na década de 1950, a partir das cooperativas tritícolas (PICCIN, 2007). Nas décadas de 1930 e 1940 emerge no cenário do Planalto e Alto Uruguai gaúcho um novo ator econômico, empresários urbanos e profissionais autônomos, que passam a arrendar terras para o plantio do trigo. Os incentivos governamentais para a produção de trigo – tais como crédito para o uso intensivo de máquinas e tecnologias visando o aumento da produção – beneficiam em especial as cooperativas tritícolas, que serão as responsáveis por estimular a modernização na região.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1950 a produção de trigo entra em crise em razão do sistema de produção baseado na monocultura, o que levava a taxas decrescentes de produtividade e aumento da incidência de doenças, ao mesmo tempo em que a entrada do trigo estadunidense, visando baixar o preço dos produtos da cesta básica, tornava o grão produzido no Brasil, menos competitivo. Será a crise do trigo, a responsável pela entrada da soja nas

Machado *et al.*

lavouras gaúchas do Planalto e Alto Uruguai. Primeiramente como rotação de cultura, visando melhoramento de solo e o consequente aumento da produtividade do trigo, e posteriormente assume como cultura principal, tendo em vista sua presença como commodities em ascensão no mercado internacional.

Desse modo, as décadas de 1960 e 1970 serão marcadas pelo incentivo governamental à produção de soja, estimulando a industrialização do grão, bem como sua exportação. Isenções fiscais e crédito subsidiado foram destinados a empresários nacionais e estrangeiros (PICCIN, 2007). Medidas que, segundo Piccin (2007) forma potencializadas pelo

[...] sistema cooperativista do Rio Grande do Sul que passaria atuar tanto na produção, industrialização, comercialização e expansão da infra-estrutura de armazenagem. Por outro lado o Governo concedeu créditos baratos e subsidiados para os agricultores através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criaram-se estações de pesquisa e de serviços de extensão rural, impulsionando sobremaneira a agricultura de exportação no Sul do país.

Para Guilherme Delgado (2012) a liberalidade da política do crédito rural e o aporte direto do gasto público com as instituições bancárias, e empresas de extensão rural durante a ditadura militar foram as principais responsáveis pela implementação da “modernização” agrícola. O fomento produtivo na época foi tão expressivo que inclusive os produtores com pequenas áreas foram convencidos a plantar soja, tendo em vista o financiamento para a aquisição de maquinário e insumos, tais como semente e adubo, os quais exigiam a terra como garantia.

Foi o caso da família de Seu José, que começou a plantar soja ainda quando era solteiro. O pai do seu José ficou animado com a proposta do governo e abandonou parte da atividade que exercia (de coleta de erva mate) para tentar a sorte na cultura da soja. Compraram um trator e arrendaram terras.

A disponibilidade de crédito, que chegava até o agricultor por meio de forte propaganda e trabalho de convencimento realizado pelo serviço nacional de assistência técnica e extensão rural, tornou a proposta de “modernização” agrícola atraente aos agricultores. No entanto, por trás do crédito “fácil” e das promessas de grandes safras, se desenvolvia o processo de entrada do capital financeiro na agricultura.

O banco financiava trator, adubo, calcário; tudo ele financiava. Eu me lembro que para comprar um trator precisava de 50 hectares de terras destocada e o Bamerindus nos financiou um trator com 30 hectares. Eu lembro que meu pai comprou um CBT junto com um tio meu e já não puderam pagar. Eles não tinham nada estocado e já o Bamerindus tirou deles o trator e tomou mais um pedaço de terra, tirou cinco hectares. Logo

no início, ficamos só uns dois anos com o trator, pois nós não tínhamos estoque e as prestações ficaram muito caras (Seu José).

Como afirma José Graziano da Silva (1998), o processo de modernização foi seletivo e desigual. A adesão a esse “modelo modernizante” foi em grande parte resultado da propaganda feita pelos instrumentos do Estado e empresas privadas, que ao mesmo tempo em que difamavam as culturas e hábitos tradicionais, propagandeavam a soja e todo seu pacote como a possibilidade de uma vida melhor.

No início a vida melhorou um pouco, mas logo já teve gente que foi vendendo os pedacinhos de terra para os granjeiros para ir morar na cidade. Nós também saímos de lá, mas ficamos no interior. A gente tinha terra, mas era só cinco hectares. Por isso que nós saímos de lá, porque com pouca terra estávamos sempre devendo para o banco (Dona Emília).

Como afirma Leonilde Servolo de Medeiros (2015) os agricultores foram sendo expulsos do interior das fazendas e das posses de áreas que se tornaram objeto do avanço das empresas agropecuárias, “gerando migrações para outras áreas em busca de terras ainda não apropriadas pelo capital, ao mesmo tempo em que se dava o crescimento desordenado das periferias das pequenas e médias cidades do interior” (MEDEIROS, 2015, p. 344).

Assim como seu José e dona Emília as mudanças no sistema produtivo foram igualmente adotadas por vários agricultores e rapidamente avançaram pela região:

E as pessoas foram plantando. O soja plantava no cedo, e dai, uma comparação, nós usávamos muito trilhadeira ainda, mas dai entraram as motrizes. Eles diziam: ‘Olha, pode plantar, planta com o trator, depois passa o veneno, tá limpo né, depois passa a colheitadeira, pode deitar numa sombra e olhar a maquina colher’. E o pessoal fizeram isso dai mesmo. E deu no que deu. Muitos vieram pra li, entraram ali aqueles granjeiros forte e destocaram mesmo. Trator de esteira pesado (Seu José).

No início dos anos 1990 muitas pessoas conhecidas de dona Emília e seu José migraram, seja para cidades próximas a capital do Rio Grande do Sul, dentre elas São Leopoldo, Ivoti, Sapiranga, dentre outras, como também para outros estados, como Mato Grosso. Segundo eles, as transformações eram muito rápidas, as dinâmicas foram profundamente alteradas em um curto espaço de tempo, desde as práticas de plantio até as interações sociais.

Outra coisa que a gente viu que não evoluiu mesmo foi o lugar ficar abandonado. Por exemplo, nós morávamos numa comunidade, onde havia quatro localidades, envolvia Canhada Folha, Sitio Briato, Siqueira

Machado *et al.*

Mendonça, Siqueira Bastos. Nessas localidades tinham jogos de futebol, festas da comunidade, atividades com as mulheres, missa, torneios. Hoje se ir lá não sei se acha alguma, não tem nem um morador. Chegou o asfalto, terminou tudo. Tinha quatro colégio, e hoje não tem nada (Seu José).

O fim das comunidades rurais, e todas as formas de interação que elas sustentavam, é narrado por seu José como sinônimo de atraso. Ao lamentar a inexistência, na atualidade, das “comunidades rurais” e a chegada do asfalto em seu lugar, seu José nos diz que uma vida, por ele considerada digna, demanda relações e interações comunitárias.

Nabusca por compreender as dimensões sobre o processo de “modernização” agrícola, Moacir Palmeira (1989) chama atenção para as transformações que se deram além das mudanças tecnológicas. Para ele houve um processo de expropriação do campesinato, não apenas dos seus meios de produção, mas das suas relações sociais.

“Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como naturais, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo saber fazer ” (PALMEIRA, 1989, p. 89).

Como conta o casal, antes da entrada massiva das máquinas havia a organização de mutirões e os agricultores eram transportados de caminhão para carpir ou colher. Seu José foi um desses “peões” que muitas vezes trabalhou em lavouras de vizinhos como forma de complemento de renda ou troca de serviços. No entanto, já não se via mais esse tipo de mobilização.

Dai o que aconteceu? Os que tinham pouquinha terra os granjeiro foram tomando conta. Teve até uma época que passavam os granjeiros pegando os peões pra carpir, capinar na soja e enchiam os caminhões, dali a pouco vieram os venenos para matar os matos dai não tinha mais serviço, ai os filhos saíram pra cidade, vieram tudo pra cidade grande e lá ficaram só os velhos. Ai tiveram que sair também né? Como é que iam sobreviver? (Dona Emília).

Pelas reflexões de dona Emília e seu José, a “modernização” da agricultura transformou completamente a paisagem, a população e as relações sociais no espaço rural. A entrada do crédito agrícola atrelado ao pacote tecnológico fez com que muitos agricultores se endividassem e perdessem suas terras, além disso, a máquina substituiu o trabalho humano; forçando a migração e transformando

a base técnica da produção, instalando uma agricultura intensiva e mecanizada, que mudou também a relação com o tempo dos agricultores tradicionais.

Existia o veneno, mas era pouco. Existia aquele de fazer cobertura, e depois veio aquele de secar por cima, o secante mesmo. Tinha aquele de fazer aplicação na folha estreita. Depois daí veio o café bravo, bravo porque era bravo mesmo, mas depois não foi mais problema, ele secava assim por cima junto com o soja, e foram matando. Fazendo plantio direto. Era assim, primeiro nós virávamos a terra e depois a gente gradeava. Hoje passa o secante e planta, plantadeira faz tudo (Seu José).

A família conta que sempre produziu alimentos para o auto sustento: mandioca, batata doce, feijão, milho, pequenas criações, leite, etc. Eles trabalhavam muito, pois além de produzir para o autosustento dona Emília lembra que criou os dois filhos carpindo soja, levava eles em um balaio quando eram bebês e quando já estava maiores eles ficavam na lavoura brincando. E as dificuldades começavam aparecer. Apesar do filho mais velho começar a ajudar na lavoura era difícil produzir para dar uma vida digna aos filhos. Como afirma dona Emília, não tinham para comprar um tênis ou uma roupa um pouco melhor para os filhos, e eles queriam dar condições de estudos aos dois.

A soja não melhorou, o que aconteceu foi uma ilusão. Se plantava, mas devia tudo, não tinha aquela condição financeira de fazer por conta, não sobrava nada. E aí quem podia comprar um trator comprou, sofria muito pra pagar, e quem não tinha se iludiram muito com a tal de máquina e pagava muito caro também. Aí entrava mais o custo da colheita, do caminhão pra puxar e por fim sobrava muito pouquinho, quase não sobrava. Não podia equilibrar com a lavoura. Olha, chegava época que não dava pra comprar uma camisa, não sobrava. O soja não foi pro pequeno. Tem gente grande, com 50 hectares que hoje eles estão num terreninho na cidade. Hoje mesmo, agora olhando, não tem nada, se quebrou, foi pra Goiás. Ele tinha 50 hectares de terra, até trabalhei com ele, e hoje está num terreninho na cidade. Eu digo que não foi bom aquela revolução verde que existiu lá. Até hoje acho que o povo estão mais concentrado (Seu José).

Seu José e dona Emília possuíam um pedaço de terra, mas era insuficiente para o sustento da família. A situação já se encontrava muito difícil, arrendavam um pedaço de terra para plantar soja e grande parte do que era produzido tinha que ser pago no arrendamento e nas prestações do trator. A atividade agrícola praticamente “empatava”.

Nós nunca pensamos em sair de lá nem ir pra cidade, mas aí viemos pra cá...

*Machado et al.*

nós já tinha o Alessandro que já tava grandinho, nós só tinha 5 hectare de terra e daí nós plantava alugado mais 5 hectare e ainda tinha que pagar 30% do arrendo... não sobrava nada, nem pra comprar um tênis.... tinha que pagar o banco, sempre pegava dinheiro, foi ai que nós saímos de lá (Dona Emília).

Não tardou muito e as escolas rurais também começaram a diminuir o número de professores e algumas fecharam. Os times de futebol já não existiam como antes, as festas da comunidade eram cada vez menores. Dona Emília e seu José viam as transformações que estavam ocorrendo na comunidade e ao mesmo tempo sentiam as dificuldades financeiras para manter a família naquele lugar.

### **O ingresso na luta pela terra**

Alguns amigos e parentes decidiram ir para o Mato Grosso e convidaram o casal. Eles não queriam deixar a sua comunidade natal, mas seu José chegou a pensar em ir. Diante das dificuldades em que muitas famílias de agricultores se encontravam na região, a igreja, o movimento de mulheres e serviço de assistência técnica (EMATER) iniciaram um trabalho de dialogar com as famílias sobre as razões dessas dificuldades, da crise na agricultura, e a problemática da concentração fundiária. Dona Emília sempre foi muito católica e participava das reuniões, dos cursos, das oficinas. Sempre que podia ela levava a filha, Camila, que também participava junto com “os pequenos trabalhadores rurais”.

Dona Emília lembra com orgulho o que a agente de pastoral falava sobre sua filha: “Ela vai ser uma grande líder dos trabalhadores!” Dona Emília participava do grupo de mulheres e nas reuniões sempre era colocado sobre a importância dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais.

Então a nossa história aconteceu assim, em 80 nos casamos e no ano 90, eu já tinha a Camila. Nós entramos para o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, daí tinha a Emater, por sorte, começou a organizar a comunidade, e começamos a fazer um trabalho e ir nas comunidades. Naquele ano a gente viu aquela guerra muito grande da primeira ocupação da Fazenda Santa Elmira. O Frei Sergio apanhou muito e eu pensei: mas nunca na vida que eu vou para o acampamento. Ai eu comecei a falar pra esse aqui (se José) que a luta era muito bonita. Daí surgiu o padre Mota lá em Bicaco, ele participava da CPT. Eu ia para as reuniões participar e levava a Camila pequeninha para participar, a menina da Emater dizia as trabalhadoras rurais e dizia: ‘A Camila vai ser uma grande líder’ e ela tá ai (Dona Emília).

Em meados dos anos 1990 dona Emília foi convidada para ser liderança comunitária e ajudar a fazer o trabalho de base para a conquista de um pedaço de terra para ela e para outras famílias. Ela recusou.

Daí um dia apareceu o padre Mota lá em casa e me convidou pra eu organizar um pessoal pra ir pro acampamento, aí eu disse: 'mas nunca padre Mota que eu vou fazer isso, eu não sei fazer, as pessoas não vão ir.' Daí ele falou então para eu indicar alguém umas pessoas pra mim, daí eu indiquei o Alceu (que mora ali aqui no Assentamento hoje) e a Dorilde (ela era só da igreja católica). Daí ele (Alceu) foi e gostou e começou a ir (Dona Emília).

Fazia tempos que seu José vinha refletindo sobre a sua condição naquele lugar. Sabia que a quantidade de terras era insuficiente, o arrendamento não era uma solução viável, não tinha recursos para comprar terra e também não viam como possibilidade a mudança para a cidade. Diante de toda situação que estavam vivendo, mas principalmente pelo futuro incerto que se apresentava para ele e os filhos naquela região, em dez dias após o convite, ele fez a sua bagagem, conversou com a família<sup>5</sup> e foi para a sua primeira ocupação de terra.

Foi a própria situação que me fez ir pro acampamento, a gente estava olhando aonde nós estávamos e nós íamos ter que dar um jeito ou outro de ter que sair dali ou procurar outros recursos ou trabalhar de peão mesmo. Tinha um granjeiro ali que sempre passava com caminhão e levava muitos para trabalhar com ele lá, serviço sempre tivemos. Daí o que que eu fiz? Eu olhei pra um lado, olhei pra outro, pensei: 'comprar terra eu não vou ter condições, a piaçada já está crescendo, e ali já estava exigindo também estudo, iam ter que sair dali e ir estudar pra fora'. Daí quando veio essa articulação, essa conversa ali em casa mesmo de ir pro acampamento eu pensei 'eu vou ir'. Daí fomos saindo, pegamos uma Kombi e fomos. Tudo isso eu pensei assim, não foram muito dias, dentro de uns 10 dias, eu resolvi: 'vou!' Encaminhei umas coisas pra deixar pra trás, umas coisinhas, umas criações, aí peguei e sai. Aquela dificuldade assim de dizer que estávamos passando necessidade imensa, a gente não estava, mas estava enxergando um pouco pra frente o que que podia acontecer, o lugar ali estava regredindo, não estava evoluindo. Os grandes, os exploradores estavam entrando lá e massacrando o pobre. Daí sai, mas sai assim com uma intenção até de não voltar, se caso não desse certo eu ia pra frente, eu sempre tive vontade de ir pro Mato Grosso, trabalhar lá (Seu José).

Como afirma Long (2007) os atores sociais não são agentes passivos das estruturas macroeconômicas, nessa mesma direção, Helena Silvestre (2019) afirma que aqueles que passaram por dificuldades na vida elaboram reflexões específicas sobre o modo de estar e agir no mundo, assim são capazes de

<sup>5</sup>A família fez um acordo. Seu José iria para o acampamento e dona Emília ficaria com as crianças. Eles não sabiam o que iriam encontrar, na avaliação deles era muito arriscado ir toda a família. Na região já se tinha os rumores que poderia ser perigoso participar de uma ocupação de terras.

Machado *et al.*

refletir sobre a realidade e elaborar estratégias econômicas, sociais, culturais para intervir em tal realidade. A família do estudo de caso em questão nos apresenta com vigor as elaborações realizadas. Dona Emília se lembra desse período da tomada de decisão, seu José era ministro da eucaristia quando foi convidado para ir para o trabalho de base.

Dai tinha o Enio Guterrez também era da EMATER. Ai um dia ele convidou ele (seu José) pra ir pra esse acampamento Santo Antônio. E ele resolveu ir e eu aceitei e fiquei com as crianças. Ele e o Alceu (o irmão de seu José) só, o resto ninguém quis ir, todo mundo tinha medo. O resto do pessoal que ficaram só depois que saíram terra pra cá que eles viram e ai foram acreditando. O padre Mota dizia que precisa botar o dedo primeiro, aquela passagem da bíblia, como eles viram que eles ganharam terra ai os outros acreditaram. O José era ministro da eucaristia e ai teve que sair e o pessoal ficou muito bravo que ele saiu, começaram criticar que eles iam apanhar da polícia, outros torciam que apanhasse e que voltasse, mas eles sobreviveram lá, ficaram um ano e 8 meses no acampamento. Dai ganharam terra pra cá” (Dona Emília).

O fato de a família participar dos grupos de base, em grupo de mulheres, na comunidades eclesiais, e posteriormente no movimento de luta pela terra, o MST, evidencia aquilo que Ploeg (2013) caracterizou como a luta por autonomia face ao ambiente hostil. Albert Tévoèdjè (1982) fala na luta por uma pobreza digna, na qual ter a terra própria era a possibilidade de garantir a autonomia da família.

A luta pela terra, que a família demonstrou necessária para sua reprodução econômica, emerge amalgamada com outras dimensões do processo de fabricação da vida. Para eles a educação dos filhos foi igualmente fundamental ao tomarem a decisão de ingresso no movimento de luta pela terra, abandonando o município de origem. Ficar em Coronel Bicaco significava não possibilitar oportunidade de estudo aos filhos.

Se por um lado o período do acampamento foi duro, por outro proporcionou muitos aprendizados. Durante os dois anos que ele esteve acampado, seu José participou de várias marchas em Porto Alegre, ocupação do INCRA, encontros em Brasília, etc. Ele jamais imaginou que iria precisar ir a tantos lugares para poder conseguir um pedaço de terra.

Dai fui para o acampamento. O acampamento não é um mar de rosas, é difícil! Sei que fomos pra lá, sempre eu tinha uns recursozinhos, não passei por aquelas dificuldades, fomos resistindo, tinha as frente de trabalho, ajudei nas lideranças desde o inicio e fomos trabalhando, resistindo. Ajudei a organizar ocupações de fazenda, ocupamos estrada, fizemos várias ocupações no

INCRA. Tudo isso foi muito difícil, viemos várias até o INCRA (Seu José).

Nessa primeira seção evidenciamos, pelos relatos do casal, a condição dos pequenos agricultores – autodenominados caboclos nesse estudo – frente ao processo de modernização da agricultura na região do Planalto e Alto Uruguai. Os processos de apropriação capitalista da terra, bem como os incentivos às técnicas diminuidoras de mão-de-obra, somadas às relações de poder que historicamente desprestigiou a população empobrecida e enegrecida constituirão os fatores determinantes para a formação de uma massa de agricultores sem-terras nessa região (PICCIN, 2007; ANJOS, 2004). Na próxima seção, damos continuidade à história de vida do casal, quando os mesmos nos apresentam a conquista da terra e os desafios para se alcançar políticas públicas capazes de contribuir na construção de vidas dignas.

### **A continuidade das lutas no assentamento: políticas públicas e a busca pela vida digna comum**

Ao final de dois anos acampados veio a notícia de que eles iriam para um assentamento no município de Viamão. A figura 01 mostra os deslocamentos que a família fez, sendo que a seta azul indica a migração de Coronel Bicaco para o acampamento em Santo Antônio das Missões. A seta vermelha representa nova migração, dessa vez para de Santo Antônio das Missões para o assentamento, no município de Viamão. O casal conta que a combinação feita entre os membros da família era realizar a mudança definitiva para o assentamento no momento em que saísse a terra.

Depois que eu fui para o acampamento eu queria pegar um pedaço terra, mas tinha umas regiões que eu não ia me inscrever, mesmo que eu levasse uns três anos. Não ia porque tinha um receio que nós íamos pra lá e não íamos resistir, nós íamos ficar isolados. Dai viemos pra cá, tinha uma condição pra nós virmos, pela questão ambiental dessa área, e nós aceitamos (Seu José).

Eles contam que quando chegaram não havia moradias, luz ou água. Organizaram habitações provisórias e coletivas nas estruturas da antiga fazenda, como galpões e casas. Rapidamente organizaram “redes” para o abastecimento de água e luz, prática que logo se adquire no período de acampamento.

Essa fazenda aqui saiu rápido, não teve muitos rodeios. O que foi difícil bastante foi por causa da questão ambiental, nós ficamos 10 dias discutindo. O critério era muito grande e nós fizemos o regimento que nós íamos respeitar e até hoje quem está aqui tem que respeitar, mas teve muitas falhas, no início foi difícil porque nós tínhamos que respeitar porque a área era ambiental (Seu José).

**Figura 1** - Deslocamentos realizados pela família de Seu José e Dona Emília.

Fonte: IBGE, Adaptado pelo autor, 2024.

Relatam que foi muito difícil o processo de adaptação no assentamento. Por várias vezes pensaram em ir embora. Dona Emília não conhecia quase ninguém, na região de onde ela viera estava acostumada a participar e organizar de muitas atividades e a conviver em comunidade.

No início eu tinha vontade de ir embora pra Bicaço. Não conhecia ninguém do assentamento, apenas os meus cunhados, Alceu e Teresa. A situação era difícil, vivíamos em barracas de lona preta e todos muito juntos. A situação financeira também era muito difícil, sobrevivemos com um pouco de dinheiro que guardamos do soja de Bicaço (Dona Emília).

Para seu José o que mais lhe incomodava era o fato de as terras de produção estarem distantes do lote de moradia, aproximadamente 14 Km. Quando veio para Viamão ele não imaginava que as distancias seriam tão grandes. Junto a isso somava o fato do tipo de solo, arenoso, ser muito diferente do tipo de solo argiloso e fértil da região de onde vieram.

Daí nós ficamos aqui com uma intensão de ficar com a área lá embaixo com irrigação natural, e uma área mais próxima. Mas não foi assim. Outra coisa que foi difícil foi que nós éramos acostumados com área seca e viemos pro banhado. Eu apanhei. Na minha imaginação eu ia morar em um lote com toda a área junta, ninguém discutiu com a gente que nós íamos ter as terras setorizadas. Só fizeram uma discussão que nós íamos pegar 13 hectares de terra, mas nunca nós pensávamos que íamos ter a área separada. Eu tinha essa ideia que nós íamos plantar toda área. E aí ficou mais difícil também por causa da distancia (Seu José).

No início, tudo o que plantavam tinha dificuldade para produzir. Ele chegou a verificar por mais de uma vez com conhecidos a possibilidade de trocar para algum assentamento em Tupanciretã ou regiões próximas, para ele o importante era ter a terra toda unificada. A difícil adaptação deveu-se também a má recepção pelos moradores do entorno. Eles relatam que eram vistos como baderneiros, arruaceiros, perigosos, bandidos. Muitos fechavam as portas das mercearias e ferragens quando algum “sem terra” se aproximava.

Mas a gente tinha a expectativa boa, de que ia melhorar. Mas nos primeiros tempos não foi fácil de acostumar com as dificuldades. Tivemos que trabalhar muito pra fora, em casa de família; mas depois as coisas foram melhorando (Dona Emília).

No primeiro ano no assentamento foi feita a discussão sobre a necessidade de distribuir as famílias por toda a área da antiga fazenda, tentando ocupar a maior parte de terras possível, pois havia a preocupação com a defesa do novo território. Assim, as famílias foram organizadas em grupos para constituírem núcleos de moradia. Seu José e dona Emília foram, juntamente com outras 35 famílias, para uma região denominada setor D, localizado a três Km do perímetro urbano de Águas Claras. Essas famílias discutiram pela constituição de um grupo coletivo e era formado por pessoas que tinham origem na mesma região noroeste: Iraí, Coronel Bicaco, Três Passos, etc. Algumas delas já se conheciam desde a infância e outras se conheceram no acampamento. Mas não era o caso de dona Emília.

Esse coletivo organizou um croqui para o parcelamento dos lotes. O INCRA colocou como condicionante que cada família deveria ter a área de moradia nas terras “altas” e o lote de produção nas terras “baixas”, que era uma região de banhado, com potencial para irrigação, porém impróprio para construção de habitações. Assim, o grupo das 36 famílias decidiu organizar a moradia das terras “altas” de maneira coletiva, orientados por discussões do acampamento, quando o MST trabalhava a temática da cooperação agrícola.

Machado *et al.*

A proposta do grupo era ter lotes individuais pequenos, de 30x60m, e o restante das terras serem coletivas. As casas foram organizadas em agrovila, ou seja, umas próximas às outras, semelhantes a loteamentos urbanos, e no centro havia uma área comum onde foram construídos campo de futebol, ciranda infantil e a sede da comunidade. O restante das terras foi destinado à produção e, assim, todas as atividades da horta, gado de leite e lavouras (milho, aipim e feijão) eram coletivas. As terras para produção foram organizadas por setores de maneira coletiva, assim havia o setor de hortas, da produção animal (suínos) e produção de grãos. O trabalho era coletivo, a produção era comercializada entre os membros e as sobras eram divididas.

Dona Emília conta que sua família não se adaptou ao modo das terras coletivas. Para eles era importante ter um espaço individual onde pudessem ter galinhas, gato, cachorro. Além disso, incomodava dona Emília o fato de ter que comprar as verduras que eram produzidas em terras coletivas deles próprios. No segundo ano da experiência eles decidiram abandonar o grupo e pediram que fossem separadas as suas terras para que a família pudesse decidir sobre a sua forma de organizar a produção e trabalho. Passaram a plantar os alimentos para o autosustento da família: feijão, milho, mandioca, batata doce, abóbora, melancia, hortaliças, e começaram a criar galinha, porco e vaca de leite. A família vendia parte da sua produção nos condomínios vizinhos, onde levava o produto de casa em casa com carroça própria. Com o tempo eles já tinham uma freguesia consolidada.

Decidiram formar um grupo menor, com cinco famílias, que se agruparam em lotes de moradia maiores, porém individuais. Essas cinco famílias possuíam afinidades pessoais, moravam próximas e com o tempo foram optando pelo sistema de parceria. Eles passaram a compartilhar as mesmas terras nas quais criam gado. Conta seu José que assim foi possível diminuir os custos com cercas e maximizar o manejo sanitário dos animais. Nessa época ainda não havia a divisão dos lotes nas terras “baixas”; eles então experimentaram o plantio de arroz em parceira com um grupo de produção de Charqueadas, que já tinha experiência com arroz e contribuía um pouco com a renda.

Podemos perceber que a produção para o autoconsumo é uma estratégia econômica típica da agricultura camponesa, que significa a redução da dependência. A prioridade pela produção do próprio alimento faz com que tenham autonomia em relação ao mercado, não dependendo de recursos externos para garantirem significativa parte da alimentação. Como apresenta Camila, em um relato de 2001 durante o encontro Terra e Liberdade, quando tinha 12 anos e foi perguntada sobre os seus sonhos para o futuro:

Os meus sonhos para o futuro são ter casa, luz, água, bastante comida, não precisa ser do mercado, pois a gente pode produzir em casa o arroz, o

feijão, batata, mandioca, ovos, galinha, carne, legumes, verduras, queijo e muito mais (Camila Santos, em Terra e Liberdade, Fé e Esperança, 2001).

Ao final do ano de 2001 o assentamento completaria quatro anos. Dona Emília conta que, mesmo trabalhando muito na roça, nos primeiros anos de assentamento foi preciso trabalhar como doméstica no condomínio vizinho. Trabalhou com a mesma família por oito anos, e foi esse salário que ajudou a complementar a renda agrícola da família.

**Figura 2** - Seu José e dona Emília em seu lote no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão.



Fonte: Autor, 2024.

Em 2009, dona Emília e sua filha, Camila, juntamente com outras mulheres do assentamento, iniciaram a produção de pães e bolachas para a merenda escolar por meio de uma agroindústria familiar. A filha do casal trabalhou desde o início na panificação. Essa experiência pioneira das mulheres levou a fundação, em 2010, da Cooperativa dos Produtores Orgânicos Assentados de Viamão (COPERAV) que, juntamente com outros 30 membros, organizaram a padaria e a produção de arroz ecológico. Mais tarde, em 2014, construíram a agroindústria de vegetais higienizados e processados. Seu José e dona Emília vendem aipim para a cooperativa e dona Emília, por um período, trabalhou no processamento de vegetais, descascando aipim.

Machado *et al.*

Aqui vale a pena destacar as políticas públicas Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). A COPERAV passou a comercializar a produção das suas agroindústrias por meio dessas políticas. Segundo relata o casal, a criação da cooperativa, e das agroindústrias, foi muito importante para gerar renda para as mulheres e para os jovens.

Além desses aspectos a cooperativa promove atividades culturais, seminários e reuniões que mobiliza a comunidade. Com o tempo dona Emília começou a participar das reuniões, cursos, festas e construiu grandes amizades no assentamento e na região vizinha, Águas Claras. A vontade de retornar para Bicaco já não existia mais.

Atualmente o casal está aposentado. Dona Emília trabalha no seu próprio lote cuidando da casa, da horta e dos pequenos animais, de vez em quando ela trabalha na cooperativa, no beneficiamento de vegetais, mas suas atividades estão limitadas por um problema na perna que a impede de caminhar muito. Seu José planta aipim, milho, feijão, frutas, batata doce para o autoconsumo da família e cria gado de corte em parceria com o grupo coletivo de vizinhos. Experimentou por alguns anos, juntamente com o filho e o grupo coletivo, o plantio de arroz orgânico. Dona Emília gosta muito das atividades que tem no assentamento, as festas, as reuniões, os cursos.

Perguntei se eles possuem algum sonho, e dona Emília respondeu: “A riqueza da gente é viver, ter saúde e ver os filhos bem. Os filhos eu acho que querem continuar por aqui. Não falam em sair. Que eles possam ter saúde, ser honesto ” (Dona Emília).

“Tenho aquela disposição pra trabalhar, mas a idade chegou mesmo. Fazer o que a gente fez, segurar, incentivar, pensar na família, não vai esquecer de tudo que a gente fez, eu acho o sonho é conservar o que fez e ter saúde. Tendo amizade é tudo ” (Seu José).

A possibilidade de educação para os filhos foi algo que desde o início do assentamento existiu. Estudaram o fundamental completo (até a 8ª série) na escola do Assentamento. O filho Alessandro concluiu o ensino médio em uma escola da região e Camila cursou ensino médio juntamente com magistério no ITERRA, uma escola do MST, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Em 2015, também por meio do PRONERA, Camila teve a oportunidade de cursar Serviço Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma turma especial do MST, na qual as aulas são organizadas por módulos, pela pedagogia da alternância. Dona Emília destaca que para ter o PRONERA foi feita muita mobilização no INCRA, em Brasília. Muito curso, muita reunião para poderem conquistar uma educação voltada as pessoas do campo.

Em 2021, Camila passou a compor a equipe pedagógica do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), uma escola nacional que fica dentro do Assentamento Filhos de Sepé. Camila tem dois filhos, Thales e Sofia. Thales está cursando ensino médio e técnico em cooperativismo no IEJC e Sofia estuda o ensino fundamental na escola do Assentamento. Camila agora também é assentada e vive com o companheiro Diego e os filhos em um lote (próximo ao de dona Emília e seu José), são produtores de arroz orgânico.

As lutas por terra que mobilizaram dona Emília e seu José na década de 1990 tinha como a educação dos filhos como central. Quase três décadas depois, podemos perceber que a as lutas por terra e as conquistas de políticas públicas para a reforma agrária, tais como o PAA, PNAE, PRONERA, foram tornando possíveis os futuros de vidas dignas sonhados pelo casal, permitindo a sucessão familiar, em três gerações dessa família.

### Conclusões

O estudo buscou evidenciar as narrativas de um casal sobre sua trajetória de vida que tem na luta pela terra e pela reforma agrária marcas profundas. Suas reflexões nos ajudam a compreender como a “modernização” da agricultura matou o território local de nascimento dos mesmos: não existem mais as comunidades, pois as famílias conhecidas migraram; acabaram assim os jogos de futebol, os mutirões, as escolas, as festas. Mudaram os modos de fazer agricultura e se relacionar com o mercado. Se antes coletavam erva a partir de uma atividade praticamente extrativista, passaram a produzir soja e trigo, num primeiro momento de forma artesanal, com tração animal e ferramentas manuais e num segundo momento com maquinário e insumos, denominados pelos extensionistas de “modernos”. Assim, a modernização da agricultura alterou completamente a vida desse casal e, pelos seus relatos, muitas outras vidas foram alteradas. Levando a sério as reflexões e elaborações de seu José e dona Emília podemos afirmar que esse processo produziu o atraso das regiões rurais interioranas do noroeste do RS. Desse modo, eles apontam pistas sobre o que seria uma vida boa de se viver, uma vida digna: aquela que se vive intensamente em comunidade.

Como relatado pelas reflexões dos interlocutores, a “modernização” introduziu mudanças na forma camponesa de produzir, alterando a base de recursos, que deixou de ser autocontrolada e passou a se tornar dependente de financiamentos e de tecnologia externas aos agricultores. Tudo que a produção de soja gerava era consumido pela seguinte safra ou com as dívidas da anterior, pois demandava pagar arrendamento de terras e financiamento de custeio de lavoura. Para a família de José Bastos e Emília o grau de dependência foi tão extremo que impossibilitou a permanência dos mesmos naquelas condições.

Apesar de terem sofrido intensamente todo o processo de avanço do capitalismo no campo com a “modernização” da agricultura, a família desenvolveu estratégias socioeconômicas que possibilitou aos mesmos as condições de se reproduzirem enquanto sujeitos sociais. Como afirma Ploeg (2008, p. 296): “O Império provoca e suscita respostas que criam recursos, ligações, processos de conversão e riqueza extra (por mínima que seja) que ele mesmo nunca conseguiria construir ou proporcionar”.

A trajetória do casal também nos revela que a luta pela terra perpassa gerações, evidenciando que negros e pobres tem uma larga história de negação do direito a terra. Assim, o ingresso na luta pela terra, por meio da participação no MST, pode ser identificada como uma das estratégias socioeconômicas que a família encontrou para permanecer no campo, para poder tentar viver a vida que eles desejavam, considerada digna. Poderíamos arriscar que a entrada em uma organização social significava a possibilidade de autonomia e relação com a terra e aquilo que a natureza oferece. Os atores, que antes tiveram sua realidade “invadida” e transformada pela violência do capital, transformaram a realidade ao conquistarem a possibilidade de continuar vivendo, ao seu modo, no meio rural.

A possibilidade de ouvir as histórias das lutas de pessoas comuns vai se apresentando como contribuições teóricas elaboradas nas lutas. Conferir a esses relatos a seriedade de aportarem conhecimento também foi um dos resultados desse estudo. As lutas por terra e reforma agrária que as três gerações da família de dona Emília e seu José participaram revelam as relações, e as estratégias elaboradas, para dar conta de fazer da vida que se luta e vive, a vida que se deseja, feita em comunidade e batalhada para ser digna. Nos diálogos com dona Emília e seu José são notáveis a importância da vida em comunidade é um traço marcante. Eles destacaram várias vezes sobre os momentos da vida social (futebol, vizinhança, brincadeiras, festividades) na época em que viviam na região noroeste do estado. Quando chegaram ao assentamento a falta da sociabilidade colocou em risco a permanência deles ali, pois não se sentiam bem em um local onde não tinham relações de amizade e convívios comunitários. Ao estabelecerem laços afetivos e construir relações de reciprocidade com os seus vizinhos, a vida no assentamento passou a ter sentido para eles.

## Referências

ANJOS, J. C. G. dos; DA SILVA, S. B. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ANJOS, J. C. dos. Brasil: uma nação contra as suas minorias. **Revista De Psicanálise Da SPPA**, v. 26, n.3, p. 507–522, 2020. Disponível em: <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/469>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CABRAL, A. Libertação nacional e cultura. **Malhas que os Impérios tecem.** Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais, Edições, v. 70, p. 355-375, 2011.

DELGADO, G. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

KAGEYAMA, Â. *et al.* ii.(Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da Costa; GASQUES, J.G.;

LONG, N. **Sociología del Desarrollo:** una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios en Antropología Social, 2007.

MACHADO, D. C. M. “**ÀS VEZES A GENTE OLHA, MAS NÃO ENXERGA!**”: narrativas de pobreza e vida digna de mulheres negras assentadas como contribuições para pensar o desenvolvimento rural. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2023.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2024.

MEDEIROS, L. S. de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, p. 339-359, 2015.

MENESES, M. P. “Epistemologias do Sul”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/689>, acesso em 26 de abr. de 2023.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e questão agrária.** *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 1806-9592.

PICCIN, M. B. **Lógicas socioculturais e estratégias produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

PREISS, P. V. **Construção do conhecimento agroecológico:** o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão. / Porto Alegre, 2013. Dissertação de Mestrado, UFRGS.

Machado *et al.*

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2013.

SILVA, J. F. G. da. **Nova dinâmica da agricultura brasileira.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998. 2ª Edição.

SOUSA, I. T. S. de. **As rosas negras: quebradeiras de coco babaçu, raça e território no maranhão contemporâneo.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.